



Adriana Medeiros

Especialistas apontam rumos do Brasil

25 ANOS DA FISENGE: **ELEIÇÕES, DESENVOLVIMENTO E ENGENHARIA**

A Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) comemorou 25 anos de fundação no dia 21 de setembro, no Clube de Engenharia. O Jubileu de Prata aconteceu com a realização do Simpósio “SOS Brasil Soberano: A Engenharia, as Eleições e o Desenvolvimento do Brasil”, promovido com apoio da revista Carta Capital e com público formado por representantes de diferentes entidades ligadas à engenharia nacional, organizações da sociedade civil, parlamentares, pesquisadores e profissionais.

“Comemoramos 25 anos de uma trajetória de luta para muito além das questões corporativas, mas sobretudo de contribuição para o desenvolvimento do Brasil”, afirmou Clovis Nascimento, presidente da Federação, engenheiro civil e sanitariano, na abertura do evento. Pedro Celestino, presidente do Clube de Engenharia, parabenizou a escolha do tema do simpósio: “O tema de hoje transcende a defesa da engenharia nacional, porque o que está em discussão é o nosso futuro como Nação. E a Fisenge tem história e trajetória defendendo essa causa, a causa da Nação soberana, democrática e socialmente justa”, disse ele. Também participaram da mesa de abertura representantes de entidades da engenharia na-

cional: Joel Krüger, presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea); Paulo Guimarães, presidente da Mútua; Carlos Monte, representando a Federação Nacional de Engenheiros (FNE); Luiz Cosenza, presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio de Janeiro (Crea-RJ); Olímpio Alves dos Santos, presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) e Anielle Nascimento, diretora da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O simpósio foi realizado com a exposição das ideias de três respeitados especialistas em questões de desenvolvimento nacional: Celso Amorim, embaixador e ex-Ministro das Relações Exteriores do Brasil (1993-1994 e 2003-2010); Clemente Ganz Lúcio, sociólogo e Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); e Paulo Nogueira Batista Jr., economista e ex-vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, estabelecido pelos BRICS em Xangai, na China. Em comum aos três, a defesa incontestável da soberania nacional e do desenvolvimento com inclusão social como estratégias para que o Brasil supere a crise generalizada pela qual passa e possa encontrar soluções para a reto-

mada da geração de empregos, a reconstrução da engenharia e a estabilidade democrática. A moderação coube à Simone Baía, engenheira química e Diretora da Mulher da Fisenge e ao engenheiro Clovis Nascimento, presidente da Fisenge.

SOBERANIA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Celso Amorim lembrou que o fortalecimento da engenharia brasileira foi uma importante preocupação existente quando da fundação do Ministério da Ciência e Tecnologia, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento de tecnologias nacionais. A pauta, no entanto, é ainda hoje um desafio. “O país que é dependente tecnologicamente e cientificamente tem sua soberania limitada”, lembrou ele. “O incêndio do Museu Nacional é uma metáfora para o que está acontecendo no Brasil: o incêndio da inteligência brasileira, da criação artística, da nossa memória”. Para o embaixador, as eleições de 2018 têm papel fundamental para que a questão seja endereçada no debate público. “É uma luta que vai sim encontrar seu momento nas eleições. Teremos sim de defender um nacional-desenvolvimentismo contra o neoliberalismo”, apontou o ex-ministro. Amorim ainda tratou da importância da atua-

“Comemoramos 25 anos de uma trajetória de luta para além das questões corporativas, mas sobretudo de contribuição para o desenvolvimento do Brasil”, afirmou Clovis Nascimento

ção do Estado na proteção da indústria nacional. “É preciso 20, 30 anos de governos, que nem precisam ser do mesmo partido, para que se construa independência tecnológica”, afirmou ele, completando que “Não existe soberania sem democracia, porque a democracia é a soberania popular”.

RETOMADA DA ENGENHARIA

“As dificuldades da engenharia nacional, que vocês conhecem muito bem, são muito ligadas a um longo período de baixo crescimento econômico do Brasil desde a década de 1980. Desde então nós não conseguimos encontrar um rumo de crescimento sustentável”, explicou o economista Paulo Nogueira Batista Jr. “Temos surtos de crescimento econômico, mas basicamente temos um processo de estagnação ou quase estagnação, e um retrocesso forte na área

industrial, afetando de sobremaneira a engenharia nacional”, explica ele. Os momentos de apoio do Estado ao desenvolvimento da indústria nacional privada nas últimas décadas, inclusive por atuação do BNDES, portanto, foram determinantes para que houvesse crescimento na área, embora não tenha sido suficiente para que se criasse um polo de apoio político do empresariado às grandes políticas desenvolvimentistas nacionais.

CONSTRUIR ALTERNATIVAS

Do ponto de vista do trabalho, segundo o sociólogo Clemente Ganz Lúcio, o desenvolvimento nacional atravessa um período de grandes dificuldades. Para ele, é preciso construir uma ampla frente social para se pautar trabalho, desenvolvimento e soberania no pós-eleições. “Vamos enfrentar o terceiro turno, que já

está sendo construído. E precisamos ter clareza de que essa construção exigirá de nós uma resposta sensata e comprometida. Comprometida com o desenvolvimento. E sensata no sentido de reunir as forças necessárias para fazer a construção de nossa estratégia democrática, que não é algo pequeno, porque será preciso ressignificar na sociedade o papel das instituições, porque sem elas não garantimos nossa democracia e a soberania”, disse ele. E a engenharia atua de forma significativa nessa dinâmica. “Quando nós pensamos em engenharia, me vem sempre a ideia de que a capacidade cognitiva de uma sociedade que tem um pensamento de engenharia desenvolvido é o de uma sociedade que reuniu capacidade para resolver problemas complexos”, afirmou Clemente Ganz Lúcio.

FONTE: CLUBE DE ENGENHARIA

“É POSSÍVEL
REPACTUAR O
BRASIL COM
UM PROJETO
DE NAÇÃO
SOBERANA E
DEMOCRÁTICA”,
diz presidente da Fisenge
durante comemoração
de 25 anos da entidade

Por Ednubia Ghisi (Senge-PR)

A noite da sexta-feira (25) foi de comemoração e homenagens pelos 25 anos da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge). A confraternização que comemorou o Jubileu de Prata contou com a presença de representantes das 12 entidades que compõem a Federação, e ocorreu no Rio de Janeiro, onde está localizada a sede da Fisenge.

Ex-presidentes, fundadores e diretores da Fisenge receberam placas de homenagem durante a confraternização. Foram homenageados Carlos Roberto Bittencourt, vice-presidente da Fisenge de 2002 a 2008 e presidente de 2008 a 2014; Maria Cristina de Sá Oliveira Matos Brito, primeira mulher eleita para presidência do Senge-MG, uma das fundadoras da Fisenge e diretora da Fisenge por dois mandatos; Olímpio Alves dos Santos, atual presidente do Senge-RJ, presidente da Fisenge de 2004 a 2008; Paulo Bubach, presidente do Senge-ES, do Crea-ES e da Fisenge por dois mandatos cada; Agamenon Oliveira, secretário-geral da Fisenge entre 2002 e 2005 e ex-presidente do Senge-RJ.

No discurso proferido durante a cerimônia, o presidente da Fisenge, Clovis Nascimento, relembrou a trajetória coletiva de resistência e luta pelos direitos



Presidente da Fisenge conduz série de homenagens a ex-presidentes e diretores

dos trabalhadores. “A história da Fisenge acompanha a história do Brasil. A nossa federação surge na esteira do novo sindicalismo com a explosão de greves em todo o país e a posterior criação da CUT, a Central Única dos Trabalhadores, a qual somos filiados”.

Diante do atual cenário de fragilidade democrática e de profundos retrocessos impostos aos trabalhadores e trabalhadoras, o presidente da Fisenge reafirmou o papel da entidade e das lideranças que a compõem: “Temos grandes responsabilidades para o próximo período.

A nossa resistência é construída nas ruas, nos locais de trabalho, na vizinhança, nos sindicatos e nos movimentos sociais. É possível repactuar o Brasil com um projeto de nação soberana e democrática. Pela engenharia, pela democracia e pela soberania nacional, vamos juntos defender o Brasil!”.

Nos agradecimentos finais, Nascimento frisou a dedicação dos funcionários da Fisenge para a construção cotidiana da entidade: Gilcimara Valle, João Antonio Dias Borges, Camilla Marins, Domênica Soares e Raquel Faria.



CLEMENTE GANZ DESTACA FORTALECIMENTO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA NO BRASIL PÓS-ELEIÇÃO

Por Flávio Borgneth (Senge-ES)

“O processo de transformação tecnológica e patrimonial precisa ser controlado politicamente no sentido de garantir que essas mudanças sejam suportadas por instituições e sociedades”,

Clemente Ganz

Profissionais e lideranças de todo país debateram o processo eleitoral e como o desenvolvimento das ciências e profissões da área tecnológica podem ser catalisadoras de equilíbrio social e distribuição de renda. O diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES), sociólogo Clemente Ganz Lúcio, foi um dos palestrantes do evento. O especialista falou sobre o futuro do trabalho e a necessidade de reorganização sindical frente aos desafios democráticos e de retomada do crescimento econômico e social no período pós-eleição.

“Estamos falando da possibilidade de recolocar nesse processo eleitoral a alternativa da centralidade do desenvolvimento brasileiro a partir de

uma perspectiva de soberania e capacidade da engenharia de colocar a nossa riqueza humana e material em função do desenvolvimento social”, defende. “Um país que abre mão de pensar e engenharia abre mão do futuro”, complementa.

O sociólogo elenca as ciências exatas como capazes de construir soluções aos desafios atuais e rumo à transição para a chamada “indústria 4.0”. Entretanto, afirma que a flexibilização das Leis trabalhistas impede que o controle dessas mudanças estruturais e produtivas sejam moderadas pela governança do Estado ou pela ação sindical, entes capazes de fazer com que o futuro do trabalho inclua mais trabalhadores e promova distribuição de renda.

“O processo de transformação tecnológica e patrimonial precisa ser controlado politicamente no sentido de garantir que essas mudanças sejam suportadas por instituições e

sociedades”, afirma. “É preciso rever as reformas, que deram máxima flexibilidade para o setor produtivo e promoveram mudanças institucionais que atingiram sindicatos. A Reforma Trabalhista ataca os sindicatos e a intervenção do Estado na relação trabalhista”, corrobora.

Clemente Ganz reforça que a readequação da força política pelo processo eleitoral exige, na sequência, agilidade para realinhamento da legislação em vigor. O objetivo é recolocar as políticas de desenvolvimento em prol dos trabalhadores e fortalecer entidades sindicais e a governança, que nunca deveriam ter sido enfraquecidas. “É preciso agilidade para reconstrução nesse momento de instituições fragilizadas. O projeto vencedor nas eleições precisa dar respostas em curto prazo. Os aproximadamente 13 milhões de desempregados não podem esperar”, disse.

Embaixador
destaca
soberania
nacional



Adriana Medeiros

“A DISPUTA É DO DESENVOLVIMENTISMO NACIONAL CONTRA O ULTRALIBERALISMO”, DIZ CELSO AMORIM

Por Marine Moraes (Senge-PE)

Para o ex-ministro, além de defender a democracia contra o fascismo, o povo brasileiro vai ter que escolher entre uma nação soberana ou uma economia completamente subordinada ao capital estrangeiro

“No Brasil, temos uma coisa rara que é a combinação do fascismo com o ultra neoliberalismo, dentro de uma mesma plataforma política. O que não é comum. O fascismo sempre esteve ligado, ainda que de uma maneira perversa, ao nacionalismo. Mas, nossos fascistas defendem as indústrias estrangeiras. Essa é a peculiaridade. Eles querem uma economia completamente subordinada, com ausência do controle de nossas riquezas”, disse o embaixador Celso Amorim, durante o VII Simpósio SOS Brasil Soberano - A engenharia, as eleições e o desenvolvimento no Brasil, realizado no dia 21/9, no Rio de Janeiro. O evento é iniciativa da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) e do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro (Senge-RJ), em comemoração ao Jubileu de Prata.

Ex-ministro de Relações Internacionais e da Defesa, Celso Amorim defende que a política industrial, o desenvolvimento de uma engenharia própria, a independência tecnológica e a defesa nacional são fundamentais para uma nação soberana. “O EUA, por exemplo, com todo privatismo, quando se trata de defender uma empresa estratégica, ele defende. Mais de 50% das encomendas feitas a essas empresas vêm do Estado americano, através do Pentágono, que é o grande financiador da tecnologia, em qualquer área. Ou seja, o Estado sempre se faz presente. Já em nosso atual governo, temos uma política industrial em função de outros países, como Singapura, Coreia etc”, afirma.

Para Celso Amorim, é preciso 20 a 30 anos de governos, “não necessariamente do mesmo partido”, dedicados à defesa da soberania nacional e do desenvolvimento do país para ocorrer

a construção de uma nação com independência tecnológica.

TRAGÉDIA DO MUSEU NACIONAL

Celso Amorim considera a tragédia do Museu Nacional, ocorrida na noite do dia 02/09, uma metáfora do está acontecendo no Brasil. “É um incêndio na inteligência brasileira, é um incêndio na criação artística, é um incêndio na nossa memória. Nós não sabemos mais quem somos porque grande parte do que somos virou cinzas”.

De acordo com o ex-ministro, a imagem que o Brasil tem passado para o resto do mundo é que o país ficou decadente antes de ser desenvolvido. “A emenda constitucional do teto dos gastos não existe. Fazer contenção por vinte anos é inacreditável. Mas, nós fomos submetidos a isso, infelizmente. São muitas coisas inacreditáveis ocorrendo, e nós temos que lutar contra elas”.

PARA PAULO
NOGUEIRA
BATISTA JR.,
**AS EMPRESAS
INSTALADAS NO
BRASIL NÃO TÊM
COMPROMETIMENTO
COM O
DESENVOLVIMENTO
NACIONAL**

Por Verônica Couto (SOS Brasil Soberano)



Economista prevê terceiro turno nas eleições

Paulo Nogueira Batista Jr, ex-vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), chamado de banco dos Brics, do qual foi afastado em outubro do ano passado – segundo ele, num “minigolpe” –, após fazer críticas ao impeachment de Dilma Rousseff, apresentou a “teoria dos três turnos”, durante o VII Simpósio SOS Brasil Soberano.

O terceiro turno, diz o economista, “já começou a ser jogado em vários tabuleiros simultâneos”. Envolve, basicamente, a disputa pelo programa real que o próximo pre-

sidente, uma vez empossado, vai efetivamente colocar em prática. Para criar o clima de desestabilização financeira e ganhar espaços de poder mesmo derrotados, os adversários “vão misturar chantagem e acenos, pressão e promessas”, explica. “Esse clima de terrorismo econômico vai se agravar; é preciso ter nervos de aço”. Ou seja, não ceder e não recuar na proposta de “desenvolvimento com soberania e justiça social”. Segundo Nogueira Batista Jr. haverá “uma batalha depois do segundo turno tão ou mais violenta do que a travada até agora”.

Derrotas da esquerda no terceiro turno teriam sido, por exemplo, avalia o ex-vice-presidente do banco dos Brics, as indicações de Antônio Palocci e Henrique Meirelles, respectivamente para o Ministério da Fazenda e para o Banco Central, no primeiro governo Lula (2003). Ou a nomeação para a Fazenda, em 2015, por Dilma, de Joaquim Levy, que a fez adotar a agenda econômica derrotada nas eleições. No primeiro caso, diz, Lula quase levou um golpe, no episódio do 'Mensalão', mas se recuperou; e Dilma “perdeu fragorosamente no terceiro turno”.

Em 2002, na campanha que levou Lula ao poder, o então vice-presidente do Citigroup e ex-vice-diretor-gerente do FMI, Stanley Fischer, chegou a falar em um risco de 50% de o Brasil não pagar sua dívida pública, lembra Nogueira Batista Jr. Agora, diz, a diretora-geral do FMI, Christine Lagarde, “já declarou que está muito preocupada com a crise na Turquia, que pode se espalhar para a América Latina...”

FELIPÃO E O 7 A 1

Rejeitar concessões de fundo no programa de governo não significa, contudo, subestimar a correlação de forças, adverte. “Não é o caso de cometer o erro que nosso técnico Felipão cometeu em 2014. A Alemanha

era o time mais forte, e houve a decisão de partir para o ataque sem Neymar e sem Thiago Silva. Confiar na força da torcida e jogar para o ataque. Não é isso.”

O modelo recomendado por Nogueira Batista Jr. para enfrentar aqueles que ele considera os três principais adversários do campo progressista – a banca nacional, a mídia e os EUA – segue o estilo de jogo adotado pelo então ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e seu secretário-geral, o diplomata Samuel Pinheiro Guimarães, para desfazer as tentativas norte-americanas de implantação da Alca (Aliança de Livre Comércio das Américas), que derrubaria barreiras tarifárias importantes para o Brasil, em 2003. “FHC deixou tudo pendurado no barbante menos a Alca, que estava com tudo pronto – entendimentos, cronograma, um prato feito”, lembra. “Mas Celso e Samuel não saíram da negociação; foram comendo pelas beiradas”. E derrotaram a Alca.

Isso significa, explica o economista, aproveitar as fragilidades dos contrários. No caso da mídia – “nunca vi uma mídia tão homogênea, exceto da China, mas lá a favor da China, e aqui contra o Brasil” –, observa que se trata de uma concessão pública e dependente de regulação. Já para administrar as rea-

ções da “banca”, ele ressalta que os “os bancos não brigam com autoridade”, no caso o Banco Central, que, por isso mesmo, não pode dar sinal de fraqueza. “Precisa ser ponderado, calmo, mas não ter ilusões.”

Diferentemente de outros momentos, o economista aponta vantagens que podem fazer essa disputa de terceiro turno mais favorável à centro-esquerda: “Primeiro, experiência: já vimos esse filme”, diz. E outros trunfos que não tínhamos em 2003 e 2014. Entre eles, cita um setor externo na economia bastante forte, com US\$ 370 bilhões em reservas, um déficit de balanço de pagamentos em conta corrente de apenas 0,4% do PIB, e um regime de câmbio flutuante capaz de absorver turbulências. “O Brasil não quebrou; então tem que pagar para ver as pressões que inevitavelmente virão.”

ELITE ANTINACIONAL

Para Paulo Nogueira Batista Jr., as barreiras históricas para o Brasil se desenvolver têm raízes na burguesia brasileira, que é antinacional e não quer a inclusão social. Ele contou que, certa vez, lhe perguntaram: “Existe ou não uma burguesia nacional?” Ao que respondeu: “Não sei. Mas com certeza existe burguesia antinacional.”

Segundo o economista, é histórica a falta de comprometimento

das empresas instaladas no país com o desenvolvimento nacional, apesar de o Estado, ao longo de décadas, ter apoiado seus investimentos. “Este apoio do Estado à empresa privada nacional, não entendo por que não foi correspondido”, afirmou. “Os governos nunca conseguiram criar um polo de apoio político do empresariado que os sustentasse ao longo do tempo.”

A dificuldade de o empresariado construir um projeto de longo prazo com o Estado deriva, na sua avaliação, do fato de um desenvolvimento soberano implicar justiça social. O que as elites e as classes médias rejeitam. “O capitalismo é nacional mas sem burguesia nacional. Ela não corresponde ao que se entende por burguesia nacional nos modelos clássicos de desenvolvimento”, explica. “Somos como vira-latas crônicos, vítimas de concepções idealizadas do que dá certo nos outros países.”

Considerando o tripé de desenvolvimento proposto pelo economista João Paulo dos Reis Velloso – Estado, capital internacional e nacional –, Nogueira Batista Jr. observa que as elites brasileiras atuam de forma “serviçal, desconectada do povo”. “E que “o capital nacional sempre foi fraco; compensado pela ação do Estado.”